

# REFORMA <sup>12-3-544</sup> do Capitalismo

Prometemos para hoje um resumo das curiosas idéias que Duthoit nos apresenta sobre a reforma do actual regime económico. Vamos tentar fazê-lo com o maior rigor.

Começa o ilustre economista por perguntar se deveremos suprimir um a um os abusos do capitalismo, ou se não conviria antes, por um método mais ousado, transformar a própria estrutura do regime, tornando-o mais humano e mais cristão, para melhor salvaguarda da dignidade e das prerrogativas do trabalho. E, depois de se pronunciar pela segunda hipótese, sugere um esboço de projecto de um novo Estatuto económico, que não destruiria o direito de propriedade encarado sob o seu duplo aspecto individual e social.

O novo regime compreenderia: o chefe da empresa, o conselho da empresa, os membros da empresa e os capitalistas.

1.º—O chefe da empresa. Passaria este a ser investido nas funções de um serviço publico, uma vez que o bom exercício do seu cargo interessa a toda a comunidade. Daria o seu nome á empresa, desaparecendo assim as sociedades anónimas. No entanto, embora encarregado dum serviço publico, não seria funcionário do Estado. Os seus vencimentos eram pagos pela empresa, mas garantidos pelo Estado ou pela Corporação.

O chefe da empresa passava a ser responsável por todos os bens da mesma, e devia-lhe todo o seu tempo e toda a sua actividade. Para melhor exercer as suas funções, poderia delegar uma parte da sua responsabilidade num ou mais adjuntos, por sua vez responsáveis perante ele.

Para facilitar a transição para o novo regime, o chefe de cada empresa continuaria a ser o anterior, em atenção á sua experiência. Ele próprio escolheria o seu sucessor, ou, não o tendo feito, seria este escolhido pelo conselho da empresa, havendo, porém, num e noutro caso, recurso para a Corporação em primeira instancia, e para o Conselho de Estado, em segunda.

2.º—O Conselho da empresa. Seria constituído por um grupo de pessoas competentes escolhidas pelo chefe da empresa entre os membros activos, isto é, entre as pessoas que pertencessem á empresa pelo facto da sua actividade profissional, podendo no entanto ser também escolhidos entre os membros do Conselho Corporativo da profissão ou duma profissão conexa.

O Conselho assistiria ao chefe e os seus adjuntos e os seus membros tinham o título de administradores. Como tais, receberiam um vencimento.

3.º—Os membros da empresa. Seriam considerados membros da empresa todos os que lhe fornecessem regularmente um trabalho em qualquer grau da hierarquia. Seriam remunerados com um salário fixado pela autoridade corporativa, tendo em atenção a qualidade do trabalho individual, os encargos familiares e o meio social da vida de cada um.

4.º—Os Capitalistas. Não pertencem á empresa nem são, portanto seus membros, a não ser que lhe forneçam também trabalho. Mas porque a financiam, têm perante ela certos direitos.

Quais? Duthoit entra aqui em considerações de ordem moral para demonstrar que seria conveniente seguir neste ponto a doutrina tradicional do catolicismo. Com efeito, não admitindo a Igreja que uma soma de dinheiro sofra aumento só pelo facto de ter sido emprestada a outrem, para justificar a remuneração do capital emprestado á empresa seria preciso arranjar-se um título diferente do simples empréstimo. Esse título seria o risco. Todo o capital que financiasse a empresa sujeitava-se a perda total e respondia por ela, na proporção da soma de cada financiamento. Contudo poderiam uns capitalistas estipular uma remuneração variável e alcatória; outros uma remuneração fixa e garantida. A remuneração de uns e de outros seria, evidentemente, diferente, mas em nenhum caso superior á taxa legal.

Os capitalistas poderiam constituir, para sua defesa, uma comissão de fiscalização, com direito a proceder á verificação das contas, e á defesa dos haveres dos financiadores em tribunal. Mas, em nenhum caso, só porque eram capitalistas, poderiam participar na gerência da empresa.

Os membros desta (trabalhadores manuais, intelectuais, técnicos e administradores) poderiam, na medida das suas possibilidades, financiar também a empresa, ficando assim com dois títulos a remuneração. Um o do trabalho, e outro o do financiamento, o que fortaleceria os

laços de união dos membros entre si e destes á empresa.

Os lucros deveriam ser divididos em três partes: um fundo especial destinado a garantir a remuneração do capital; um fundo comum destinado ao património corporativo (já previsto em França pela Carta do Trabalho de 4 de Outubro de 1941); e o resto seria destinado a constituir a reserva da empresa, affecto especialmente a favorecer o acesso dos trabalhadores da empresa á propriedade.

Eugénio Duthoit esclarece no entanto que semelhante transformação não daria resultado, se não fossem tomadas medidas concomitantes e eficazes para «suprimir a especulação na Bolsa e fora dela, com a qual se fazem sem causa tantas riquezas prejudiciais ao bem comum; para fixar o máximo com que um capitalista poderia financiar uma empresa; para limitar, em justa medida, as participações que estabelecem entre empresas dependência financeira; e para moralizar eficazmente os costumes nos negócios».

Não sabemos até que ponto seria applicável á vida económica um regime fundado sobre as bases gerais assim propostas por Eugénio Duthoit. Uma coisa é evidente: a sua preocupação de substituir as sociedades de capital por sociedades de pessoas apoia-se numa doutrina social cujas raízes se podem encontrar no Evangelho. Desta maneira ou doutra semelhante, o certo é que a preocupação moderna da sociologia cristã consiste em encontrar a forma prática de modificar as relações entre o capital e o trabalho, de maneira a conseguir que a actual situação se

inverta. Em vez de ser o capital a alugar o trabalho e a remunerá-lo, deverá ser o trabalho a alugar o capital e a remunerá-lo. Será assim respeitada a hierarquia dos valores e suprimida a actual questão social.

Outras formas se poderiam talvez inventar. Se quisemos trazer ao conhecimento dos nossos leitores a que nos apresenta Eugénio Duthoit, foi para mostrar que a preocupação de reforma do capitalismo não é apenas uma vaga e imprecisa aspiração, mas vontade decidida e esclarecida de a provocar definitivamente.

São já bastantes os obreiros que trabalham na construção dos muros da cidade nova, em que o trabalho, há-de assumir o lugar de honra, que lhe pertence.

ABEL VARZIM